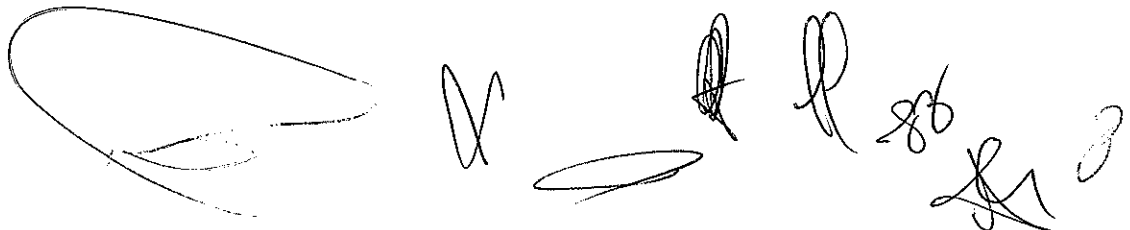


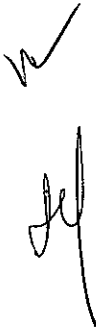
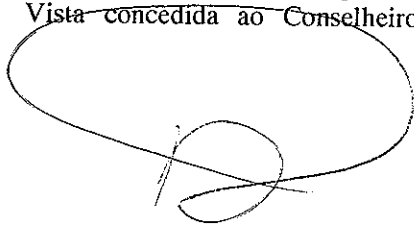
ATA DA 252ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano dois mil e onze, na Sala de Reuniões do Edifício sede da Defensoria Pública do Estado situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Antonio José Maffezoli Leite, Bruno Diaz Napolitano, Vitore André Zílio Maximiano, substituindo o Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco, Denise Nakano Veronezi, Juliana Garcia Belloque, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Pedro Antonio de Avellar, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques Márcia Regina Garutti, Octavio Ginez de Almeida Bueno, e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Ausente justificadamente o Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. Deu-se início aos trabalhos às 09h37min horas. A Presidente deu inicio aos trabalhos pela audiência pública para discussão do atendimento a preso provisório. A Presidente teceu algumas considerações sobre a audiência pública e passou a palavra ao relator. O Conselheiro Antonio prestou informações sobre o processo. A Presidente abriu a palavra aos inscritos. A Senhora Helena Romanach, representando o Instituto “Sou da Paz” defendeu o contato pessoal e reservado entre o réu e o Defensor Público antes da Audiência, a fim de proporcionar mais segurança aos assistidos e defender os direito a ampla defesa, cuja importância foi reforçada pelas novas medidas cautelares previstas pelo Código de Processo Penal. Informou que pesquisou os autos de prisão em flagrante junto ao Departamento de Inquéritos Policiais na Capital e constatou que a maior parte tratam de pessoas defendidas pela Defensoria. O Defensor Público Claudio Lucio de Lima prestou informações do atendimento da Unidade no CDP de Diadema e colocou-se a disposição para partilhar a experiência que considerou positiva. O Defensor Público Patrick Cacicedo, Coordenador do Núcleo de Situação Carcerária, parabenizou a iniciativa do Conselho Superior e considerou inviável o esquema da Unidade de Diadema para aplicar a toda Instituição. Discorreu sobre o direito do assistido em se consultar com o Defensor Público antes da audiência, no âmbito da ampla defesa e contestou o uso de vídeo conferência. Discorreu sobre o direito a informação que deve ser levado em conta na política da instituição. Considerou que presos provisório e condenados devem ser tratados de forma igualitária. Sugeriu incremento na atividade de inspeção, educação em direitos, constatando inicialmente casos de maior urgência. Apontou que pelo número reduzido de Defensores que atuam na área criminal, é necessário incluir nesse atendimento Defensores que atuam na área cível. O Defensor Público Marcelo Carneiro Novaes discorreu sobre o sentimento dos defensores públicos para garantir uma sociedade mais justa. Falou da dificuldade em obter informações básicas da SAP. Discorreu sobre a atuação em flagrantes e o sistema RDO e observou que as intimações devem ser tratadas com prioridade. Sugeriu a obrigatoriedade dos advogados conveniados para impetrar Habeas Corpus. Falou da importância de melhorar a funcionalidade do sistema. Destacou a necessidade de melhorar a coordenadoria da VEC. Sugeriu que as visitas devem ser divididas pelo grau de complexidade. Dr. Hugo Leonardo, do IDDD, falou ausência de instrumental de Defensores Públicos na instrução criminal e sugeriu como solução a requisição, que permite ao Defensor Público o contato pessoal e reservado com o preso, que também é direito do Defensor Público para exercer sua função. Pontuou que o atendimento nos cartórios melhoraria se os defensores tivessem contato com os réus presos, visto que diminuiria a busca da família por informações. Sugeriu que a Defensoria Pública implemente o sistema de requisição de presença do preso. A Sra. Vivian Calderoni, representante da Conectas, informou que a proposta é dividida em três partes, sendo a primeira a requisição, seguida por plantões de atendimento e, por fim, a inspeção mensal. Dr. André Kehdi narrou que a premissa básica para a questão de atendimento jurídico aos presos provisórios é a falta de recursos humanos e destacou o contato pessoal como fundamental para a formulação da melhor defesa técnica possível. A Sra. Maria Isabel Lima Hamud, psicóloga da SAP, primou a aproximação da Defensoria Pública

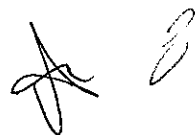
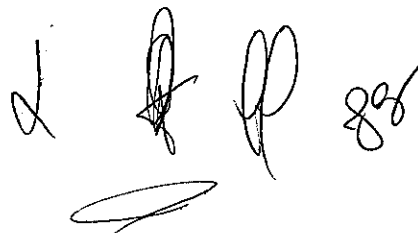
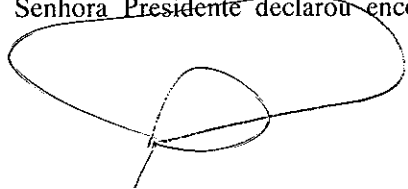


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

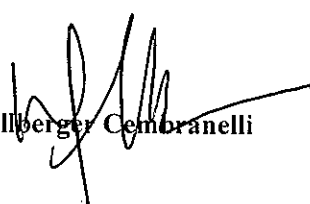
e a equipe técnica da SAP. Dra. Carolina Diniz, do IDDD, destacou a importância do sistema de requisição. Reforçou a necessidade de inspeção no sistema prisional, que podem ser feitas em grupo, inclusive para quem é de outras áreas. A Sra. Gorete Marques, do Instituto NEVE USP, defendeu a necessidade de contato prévio entre defensor e réu e demonstrou a dificuldade de atuação de Defensor Público em casos flagrantes por drogas. O Sr. Aristeu Berteli, Presidente do Conselho da Ouvidoria, destacou defendeu o contato prévio e inspeção. O Senhor Marcos Fucos, do Instituto Pro Bono, defendeu a necessidade de informação ao preso, contato prévio e inspeção. O Defensor Público Carlos Weis, Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, saudou ao Conselho Superior pela iniciativa e parabenizou a Ouvidoria-Geral pela mobilização da sociedade civil, destacando o acerto da forma de ouvidoria externa no estado de São Paulo. Defendeu sua proposta de inspeção aos estabelecimentos prisionais. Não havendo mais inscritos, a Presidente abriu a palavra aos conselheiros para considerações acerca do tema. A Conselheira Juliana demonstrou suas dúvidas com relação à requisição. Discorreu sobre a falta de prazo das citações que está preocupando juízes no processo penal. O Conselheiro Antonio registrou a importância desta audiência pública e informou que os dados complementares serão analisados e compilados. Considerou que será necessária a realização de reuniões internas e que o encontro de defensores criminais que será realizado contribuirá para os trabalhos. Reiterou os cumprimentos do Defensor Carlos Weis à Ouvidoria Geral da Defensoria Pública de São Paulo. O Presidente da Apadep, Rafael Vernaschi, falou da importância da audiência pública e ratificou os cumprimentos para a ouvidoria externa. A Conselheira Luciana Zaffalon, Ouvidora Geral, agradeceu os elogios e informou que as propostas apresentadas são complementares e não alternativas. Prestou informações sobre a Adin que questiona o modelo de ouvidoria externa. O Conselheiro Antonio prestou informações sobre o andamento do processo destacando que será apresentada uma proposta de deliberação que poderá ser de conhecimento de todos e com abertura para nova consulta. A presidente teceu algumas palavras sobre o modelo de ouvidoria externa, o qual considera vital para a instituição e informou que levou a questão ao Condege. Felicitou-se pela realização de audiência pública, o que considera uma grande conquista. Registrou o apoio integral da Defensoria-Geral às propostas apresentadas. Demonstrou o temor pelo efeito contrário que a requisição pode causar. Discorreu sobre a assistência jurídica suplementar que é necessária e que lutará para aumentar o número de defensores públicos no Estado de São Paulo, contando com o apoio da sociedade civil. A Presidente encerrou a audiência pública e encaminhou as atas das 250ª e 251ª sessão ordinária para aprovação. Aprovadas, por unanimidade. Passou às da Presidência. A Presidente comunicou que na próxima semana terá início a 1ª Sessentaria da Edepe, com apoio da Apadep e Anadep, que receberá Defensores Públicos do Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile. Relatou que esteve em Brasília, para reunião do Condege para tratar da Adin que questiona o modelo de ouvidoria externa e noticiou que a associação no Rio de Janeiro apresentou um pedido de procedência da ação, o que muito preocupa diante da possibilidade de se julgar a inconstitucionalidade da Lei 132/10. Informou que esteve no Senado Federal para conversar com o Senador Pedro Taques, para tratar da reforma do Código Penal, visto que na há presença da Defensoria Pública na comissão que foi formada para tratar do tema, e indicou a Defensora Pública Juliana Garcia Belloque, Doutora em Direito Penal. Relatou a reunião com o Conselho Nacional de Justiça que tratou do trabalho de inspeção e mutirão carcerário. O Conselheiro Pedro registrou a eficiência a CTI que solucionou uma questão de forma rápida e eficiente. Não havendo mais comunicações, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 281/11. Interessado: Grupo de planejamento para regulamentar as visitas em estabelecimentos prisionais. Assunto: Proposta de Deliberação que cria a função de Coordenador de Assistência a Presos Provisórios e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Antonio Jose Maffezoli Leite. Após a realização de audiência pública o Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 304/11. Interessado: Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor. Assunto: Recurso Administrativo em Conflito Negativo de Atribuições. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator proferiu a leitura do voto. O Conselheiro Antonio consignou seu voto de improvimento ao recurso, acompanhando o relator. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 301/11. Interessado:




Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor. Assunto: Recurso Administrativo em Conflito Negativo de Atribuições. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselheiro Antonio consignou seu voto de improvemento ao recurso, discordando do relator. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 483/10. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. Prorrogado para a próxima sessão. CSDP nº 305/11. Interessado: Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (de fevereiro a julho de 2011). Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. Prorrogado para a próxima sessão. CSDP nº 309/11. Interessado: Coordenador do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de alteração na Deliberação CSDP nº 27/07, que dispõe sobre o afastamento de Defensores Públicos para participação em cursos, congressos e outros certames. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. Prorrogado para a próxima sessão. CSDP nº 310/11. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2011-2013. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. Prorrogado para a próxima sessão. CSDP nº 313/11 (Excetuado à pauta). Interessados: Thalita Verônica Gonçalves e Silva e outros. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "I Fórum do Instituto Delmanto e EBEC de Direito Penal - Liberdade, Segurança e Imprensa, no período 22 a 24 de setembro de 2011. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O relator leu o voto. Votou pelo indeferimento do pedido tendo em vista a proximidade da data do evento sem justificativa, a realização de evento similar patrocinado pela Edepe à pouco tempo, a facilidade de se ausentar às sextas feiras nos fóruns criminais, tendo em vista não haver audiências. A Presidente destacou que há casos em que o afastamento é desnecessário. O Conselheiro Bruno solicitou que não haja a fundamentação que se refere a sexta feira. A conselheira Juliana considerou que as duas primeiras argumentações são mais importantes. O Conselheiro relator concordou em retirar a argumentação referida e comprometeu-se a proferir o voto argumentando pelo indeferimento em razão do prazo e da realização de evento similar patrocinado pela Edepe. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento dos Defensores Públicos Thalita Verônica Gonçalves e Silva e João Henrique Imperia Martini. CSDP nº 288/11 (Excetuado à pauta). Interessado: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Público Regionalizado da Capital e Regionais do Grande ABCD, Guarulhos e Osasco para estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a retificação da lista final do certame. CGDP/CAEP nº 003/10. Interessada: Ana Carolina de Paula Machado. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP/CAEP nº 011/10. Interessado: Rafael Folador Strano. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP/CAEP nº 018/10. Interessado: Fabrício Feres Furlan. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP/CAEP nº 030/10. Interessado: Andre Vicentini Gazal. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP/CAEP nº 031/10. Interessado: Andrew Toshio Hayama. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão Eu, Andrea Silva Britto, Secretaria do



Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de 2011.



Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente



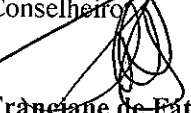
Marcia Regina Garutti
Conselheira



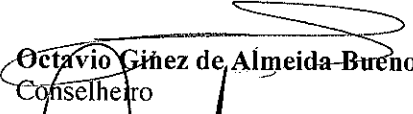
Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



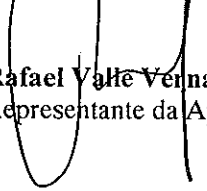
Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro



Franciane de Fatima Marques
Conselheira



Octavio Ginez de Almeida-Bueno
Conselheiro



Rafael Valle Verinaschi
Representante da Apadep




Denise Nakano Veronezi
Conselheira



Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro




Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro



Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



Juliana Garcia Belloque
Conselheira



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro